

# SEAE

Secretaria de Acompanhamento Econômico  
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade  
**Ministério da Economia**



**RADAR**  
REGULATÓRIO

EDIÇÃO QUADRIMESTRAL  
**SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2022**

61 2027-7475

[radar.seae@economia.gov.br](mailto:radar.seae@economia.gov.br)

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



# EDITORIAL

O Relatório Radar Regulatório é uma iniciativa da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) da Secretaria Especial de Produtividade e Competividade (SEPEC) do Ministério da Economia de caráter informativo acerca das ações, recomendações e políticas públicas conduzidas pela Pasta, bem como verificar a sensibilidade dos principais agentes de mercado às reformas mais importantes para a economia brasileira.

O Relatório está organizado em 5 seções: 1 – Overview Regulatório; 2 – Reformas Transversais; 3 – Reformas Setoriais; 4 – Acompanhamento das Agências Reguladoras; e 5 – Prioridades de Mercado.

A primeira seção do Radar trata do acompanhamento da convergência regulatória brasileira à OCDE, monitorada pelo indicador *Product Market Regulation* (PMR). A segunda versa sobre projetos legislativos transversais às diferentes áreas da economia brasileira. A terceira e quarta seções trazem, respectivamente, o monitoramento da nossa agenda setorial, distribuída nas propostas de reformas e inovações legislativas para alguns setores da economia e a interação do próprio ministério com as entidades reguladoras brasileiras por meio de recomendações às consultas públicas. Por fim, a quinta seção do Radar apresenta aquelas que são consideradas as reformas e os projetos prioritários para o Brasil na visão das entidades representativas do setor produtivo.

Este é um projeto em constante aprimoramento, e que por isso, sugestões são bem-vindas por meio do e-mail: [radar.seae@economia.gov.br](mailto:radar.seae@economia.gov.br)







## DESTAQUES 2022

- Sancionada a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, que dispõe sobre o **Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP)**;
- Sancionada a Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, que **considera bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis**, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo;
- Sancionada a Lei nº 14.368, de 14 de junho de 2022, para dispor sobre o transporte aéreo – **Programa Voo Simples**;
- **Protocolo Brasil-USA** Decreto nº 11092, de 8 de junho de 2022
- **Desestatização da** empresa pública Centrais Elétricas Brasileiras S/A – **Eletrobrás**
- **Realização da 7ª Rodada de Concessão Aeroportuárias**, que inclui, entre outros, o aeroporto de Congonhas em São Paulo-SP
- **Realização da Semana da AIR pela SEAE**
- **Publicação do Peer Review sobre a Reforma Regulatória Brasileira**

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

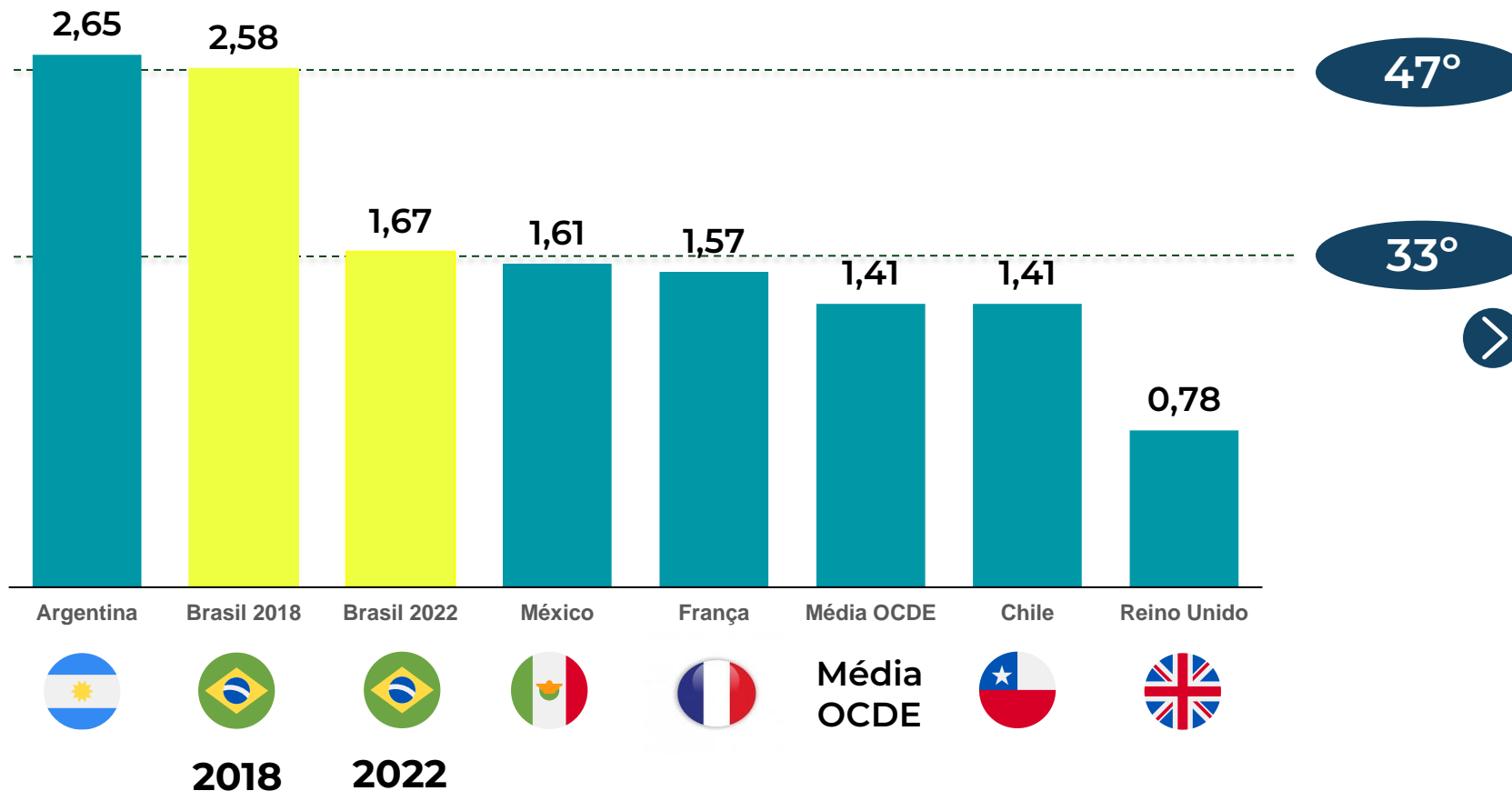
# Seção 1: Overview Regulatório

## Panorama *Product Market Regulation* - OCDE



### A pontuação projetada do Brasil no Ranking PMR

Estimativa baseada na análise feita pela SEAE



### Panorama regulamentar PMR

- **Racionalização dos regulamentos para O&G** (Lei 14.134/2021)
- **Fim da restrição ao capital estrangeiro na indústria aérea** (Lei 13.842/2019)
- **Fim da restrição ao capital estrangeiro no setor das Telecomunicações** (Lei 14.195/2021)
- **Nova lei da banda larga** (Lei 13.879/2019)
- **Incentivos para realizar análises custo-benefício** (Calculadora de encargos regulamentares - CalReg)
- **Redução da burocracia e da carga regulamentar** (Decreto 10.411/2020)
- **Novo marco legal do mercado de câmbio** (Lei 14.286/2021)
- **BR do Mar** (Lei 14.301/2022)
- **Marco Legal das Ferrovias** (Lei 14.273/2021)
- **Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal**
- **Guia de Avaliação de Resultados Regulatório (ARR)**
- **Desestatização da Eletrobrás**
- **Programa Voo Simples** (Lei 14.368/2022)
- **Protocolo Brasil-USA** (Decreto 11092/2022)

Para medir a posição regulamentar dos países e acompanhar os progressos da reforma ao longo do tempo, a OCDE tem vindo a produzir, desde 1998, um conjunto de indicadores de regulação do mercado de produtos (PMR).

Melhorias regulamentares implementadas (até Dezembro de 2022)

## SEAE implementa o Selo de Qualidade Regulatória, que incentiva adoção da Análise de Impacto Regulatório (AIR)

Instituído pela Portaria SEAE/ME nº 6.554, de 22 de julho de 2022, o programa tem por objetivo aumentar a transparência e o engajamento dos reguladores federais, por meio do incentivo à adoção da Análise de Impacto Regulatório (AIR) e do estímulo à participação social na cultura regulatória.

A medida visa atender às recomendações do relatório de *peer review* da OCDE sobre Reforma Regulatória no Brasil.

Para a concessão do selo serão avaliados 10 requisitos simples, diretos e objetivos e, no final do processo, as regulações serão classificadas em padrão Ouro (8 a 10), Prata (6 a 7), Bronze (4 a 5) ou sem selo (<4). Ao utilizar instrumentos de *soft regulation*, com a identificação e divulgação de rankings reputacionais, o Ministério da Economia pretende proporcionar reconhecimento e visibilidade aos reguladores federais pelo desempenho na adoção dessas melhores práticas internacionais e, assim, contribuir para o avanço em direção à acessão do país como membro efetivo da OCDE.

## A SEAE concedeu Selo Ouro para os seguintes normativos:

Resolução ANA n° 70/2021  
Resolução ANAC n° 682/2022  
Resolução ANM n° 85/2021  
Resolução ANP n° 868/2022  
Resolução ANS n° 526/2022  
Resolução ANVISA n° 597/2022  
Resolução ANTT n° 5950/2021  
Resolução ANATEL n° 752/2022  
Resolução ANEEL n° 964/2021  
Resolução ANPD n° 2/2022





## Em 15 de dezembro aconteceu o 7º Encontro de Reguladores Federais



**Marlos Moreira dos Santos**  
Diretor de Auditoria de Políticas de  
infraestrutura da CGU

**QualiREG – Resultados e  
Realizações**



**Thalita Antony de Souza Lima**  
Assessora-Chefe de Melhoria da  
Qualidade Regulatória da ANVISA

**Inovação na regulação**

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

## Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



### Andamento

- Em discussão no Executivo   Enviado ao Congresso   Casa Iniciadora   Casa Revisora   Retorno à casa iniciadora (caso necessário)   Aguardando Sanção   Análise de Vetos (caso necessário)   Fim dos trâmites

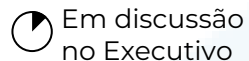
Reforma	Origem	Descrição	Andamento
<b>Plano de Redução Gradual de Incentivos e Benefícios Fiscais</b>	PL 3.203/2021	Redução de benefícios tributários para que estes alcancem, ao final de oito anos, patamar igual ou inferior a 2% do PIB	Casa Iniciadora
<b>PEC dos Fundos Públicos</b>	PEC 187/2019	Propõe extinção de fundos públicos criados até 31/12/2016, caso não sejam ratificados por meio de lei complementar específica	Casa Revisora
<b>Reforma Administrativa</b>	PEC 32/2020	Altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios	Casa Iniciadora

## Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



### Andamento



Reforma	Origem	Descrição	Andamento
<b>Reforma Tributária I</b>	PEC 45/2019	Criação do IBS a partir da substituição de cinco tributos: IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS	Casa Iniciadora
<b>Reforma Tributária II</b>	PEC 110/2019	Criação IBS a partir da substituição de nove impostos, além de alterações em outros tributos, tal como o IR	Casa Iniciadora
<b>Reforma Tributária III</b>	PL 3.887/2020	Criação da CBS a partir da substituição do PIS e Cofins	Casa Iniciadora
<b>Reforma Tributária IV</b>	PL 2.337/2021	Reforma da legislação do Imposto de Renda e da CSLL	Casa Revisora

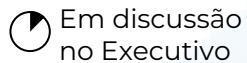


## Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



### Andamento



Reforma	Origem	Descrição	Andamento
<b>PL da Regulação do Lobbying</b>	PL 4.391/2021	Regulamenta e dá mais transparência à atividade de lobby no Brasil	Casa Revisora
<b>PL dos Super Salários</b>	PL 6.726/2016	Regulamenta a aplicação do limite remuneratório de agentes públicos, aposentados e pensionistas.	Casa Revisora
<b>PL das Concessões Públicas</b>	PL 7.063/2017	Reduz o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios	Casa Iniciadora

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

# Setor Transportes



HYUNDAI **RADAR**  
REGULATÓRIO



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor de Transportes

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### Privatização Porto de Santos

Cessão onerosa do Porto Organizado de Santos, por meio de contrato de concessão.

- Projeto de modelagem de desestatização foi encaminhado ao TCU. Foi realizado em 31/10 *webnário* para o aprimoramento do processo.
- Aguardando publicação de Acórdão pelo TCU.

- Viabilização dos investimentos requeridos em ampliação de capacidade e modernização.
- Redução do custo portuário e melhoria da qualidade dos serviços prestados.



#### Privatização da Ferroeste

Cessão onerosa da Estrada de Ferro Paraná OESTE S/A, por meio de contrato de concessão.

- Os Estudos de Impacto Ambiental foram aprovados pelo IBAMA.
- Não há previsão para publicação do edital.

- Investimentos previstos da ordem de R\$ 8,7 bilhões.
- Redução do custo do frete para o escoamento da produção.
- Melhoria da estrutura logística para o escoamento da produção agrícola do Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul.



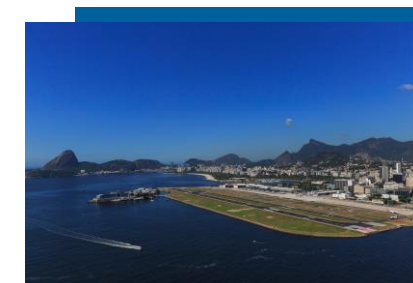
#### Rodada de Licitação de Aeroportos



7ª Rodada é dividida em 3 blocos: (i) Blocos Norte II: Belém; Santarém, Carajás, Altamira e Macapá; (ii) Bloco RJ-MG: Jacarepaguá, Uberlândia, Montes Claros e Uberaba; e (iii) Bloco SP-MS: Congonhas, Campo de Marte, Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã.

- O leilão foi realizado na B3, em São Paulo, no dia 18 de agosto de 2022.
- Publicada a homologação do processo licitatório em 20 de outubro de 2022.
- Aguardando a vencedora comprovar as obrigações previstas no edital.

- Investimentos totais previstos de R\$ 7,3 bilhões.
- Aumento da quantidade de voos realizados nestes aeroportos, com o conseqüente incremento concorrencial





# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor de Transportes



### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

#### Resolução ANTT de Regulamentação do TRIIP

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

Processo de adequação da Regulamentação da Lei nº 12.996/2014, que estabeleceu a abertura de mercado para o Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Triip).

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- Publicada no site da ANTT a Audiência Pública nº 06/2022, sobre a proposta de regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros, sob o regime de autorização. Prazo para envio de contribuições: de 08/07 a 22/08.
- Publicado o relatório simplificado das contribuições. Contribuições estão em processo de análise pela agência reguladora.

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Consolidação da abertura de mercado e a livre concorrência no mercado de transporte rodoviário de passageiros.
- Efeitos positivos esperados sobre o aumento da oferta do serviço, melhoria do nível de qualidade do serviço e redução de preços das passagens de ônibus.

# Setor Óleo e Gás



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Óleo e Gás

<b>Reforma</b> Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor	<b>Síntese</b> Resumo do que trata a reforma	<b>Andamento</b> Avaliação do andamento e a perspectivas	<b>Impacto</b> Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida
<b>Medidas Provisórias 1.063/2021 e 1.069/2021 (Arranjos comerciais)</b>	Permite a venda direta por produtor ao posto revendedor de etanol hidratado combustível.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sancionada a Lei nº 14292 de 2022, que trata da comercialização de etanol diretamente ao revendedor</li><li>• Sancionada a Lei nº 14.367 de 2022, que promove ajustes na cobrança de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a cadeia de produção de Etanol</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Redução dos custos de transação e redução do preço ao consumidor final.</li></ul>
<b>Projetos de Lei 3.178/2019 e 5.007/2020 (Reestruturação do Regime de Partilha)</b>	Revisão do regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e estratégicas	<ul style="list-style-type: none"><li>• PL 3.178/2019: Comissão de Serv. de Infraestrutura do Senado Federal, matéria com a relatoria</li><li>• PL 5.007/2020: Comissão Des. Econômico, Ind., Com. e Serv., da Câmara dos Deputados, em regime de urgência</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento do investimento; e geração de emprego e renda com ampliação do número de <i>players</i>.</li></ul>
<b>Revisão das Resoluções ANP 37/2013, 51/2013 e 52/2011 (Regulação da Nova Lei do Gás)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Revisão das normas regulatórias para ampliação da capacidade de transporte.</li><li>• Revisão da dinâmica de comercialização de gás natural.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• O cronograma apresentado pela ANP na sua Agenda Regulatória 2022-2023 encontra-se atrasado. Até o presente momento, não foram divulgadas novas datas para os normativos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento dos investimentos e redução de preços ao consumidor final.</li></ul>





# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Óleo e Gás



### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

#### Termo de Compromisso de Cessação (TCC) no mercado de gás natural e no mercado de refino

#### PL 1.583/2022. Mensagem nº 288, de 8/6/2022, publicada no DOU de 9/6/2022: Cessão de direitos dos contratos da PPSA

#### PL 2316/2022: Dispõe sobre o acesso de terceiro interessado a dutos de transporte e terminais aquaviários.

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

Monitoramento das ações de desinvestimento, acesso de terceiros às infraestruturas essenciais e outros compromissos firmados no TCC celebrado entre CADE e Petrobras no mercado de gás natural e no mercado de refino.

A proposta cria a possibilidade para a União alienar seu direito exercido pela PPSA da parcela do excedente em óleo e gás proveniente dos contratos de partilha e acordos de individualização da produção.

A proposta aprimora a Lei 9.478/1997 no sentido de aprimorar as regras de acesso ao transporte dutoviário e aos terminais.

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- TCC Gás Natural: 85,37% implementado
- TCC Refino: em acompanhamento pelo CADE.

- PL 1.583/2022 apensado ao PL 6.083/2016 - em 12/07/22 foi estabelecido ao PL 6.083/16 o regime de prioridade.
- Encaminhada a Mensagem Presidencial nº 288 de 08/06/2022 ao Congresso Nacional"

- Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre o acesso de terceiro interessado a dutos de transporte e terminais aquaviários.

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Redução do preço da molécula de gás e do preço do produtor de derivados de petróleo; e
- Aumento de investimento e geração de emprego e renda

- Redução do preço da molécula de gás e do preço do produtor de derivados de petróleo; e
- Atração de investimentos privados e geração de emprego e renda;
- Aumento da eficiência à exploração de óleo e gás no pré-sal.

- Redução de custos de transporte dutoviário e de armazenamento em terminais;
- Eficiência logística destas instalações;



# Setor Elétrico



**RADAR**  
REGULATÓRIO



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Elétrico

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Desestatização da Eletrobras

### PL 414/2021 (PLS 232/2016): novo marco do Setor Elétrico

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

A desestatização da Eletrobras será executada na modalidade de aumento do capital social, por meio da subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União

O PL aprimora o modelo regulatório e comercial do setor elétrico, com vistas à expansão do mercado livre, dentre outras alterações..

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- Aumento de capital social e venda de ações concluída na primeira quinzena de junho/2022.

- Aguardando Instalação de Comissão Temporária e parecer do relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Fortalecimento da capacidade de investimento da empresa, e possibilidade de modicidade tarifária, face ao aporte de parte dos recursos da desestatização à CDE.

- Incentivo à concorrência devido à liberdade de escolha na compra de energia elétrica pelos consumidores. Essa política já é adotada por países como Japão, Alemanha, Coreia do Sul, França e Reino Unido.





# Setor Financeiro



**RADAR**  
REGULATÓRIO



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Financeiro

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### PL 4.188/2021 (Novo Marco Legal de Garantias)

Institui o serviço de gestão especializada de instrumentos de garantias móveis e imóveis, que será realizado por Instituições Gestoras de Garantia – IGG e regulado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

- Aguardando sanção presidencial.

- Potenciais ganhos de escala e escopo desse serviço, tornando mais eficiente o uso de garantias no processo de concessão de crédito.



#### MP 1.085/2021

Cria e regulamenta o Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).

- Convertida na **Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022**, publicada no DOU do dia 28/06/2022.

- Proporcionar maior publicidade e segurança para o uso de bens móveis como garantia em operações de crédito.
- Promover redução de prazos para emissão de certidões e registros de escrituras de compra e venda de imóveis.



#### PL 2.646/2020: Debêntures de Infraestrutura

Reduz a alíquota do IR incidente sobre as operações com emissão de debêntures de infraestrutura, cujos recursos captados serão destinados à implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação

- No Plenário do Senado Federal

- Incentivo fiscal é usufruído pelo emissor da debênture, e não pelo comprador do título, o que supostamente ensejaria a possibilidade de emissão do papel a uma taxa mais elevada.
- Potencial de aumento da atratividade desse tipo de debentures pelos fundos de pensão, que já são isentos de impostos.





# Setor Tecnologia



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Tecnologia

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### **PL 3.832/2019: revisão da Lei do SeAC (TV por assinatura)**

- Retirada de restrições a verticalizações no setor
- Retirada de restrições a investimentos
- Segurança jurídica para o VoD

- Atualmente no Plenário do Senado Federal.

- Aumento dos investimentos em produção e distribuição de conteúdo audiovisual

#### **PL 21/2020: marco legal do desenvolvimento e uso da Inteligência Artificial (IA)**

- Estabelece princípios, direitos, deveres e instrumentos de governança para a IA
- Adota princípios e recomendações da OCDE para IA que o Brasil endossou

- Atualmente no Plenário do Senado.

- Aumento dos investimentos na adoção de inteligência artificial, com repercussões positivas na produtividade e digitalização da nossa economia

#### **PL 8.518/2017: Silêncio positivo para infraestruturas de telecom**

- Regulamenta a aprovação tácita por decurso de prazo para infraestruturas de telecomunicações.
- A requerente ficará autorizada, em caráter precário, a realizar instalação caso o prazo de tramitação tenha decorrido sem decisão definitiva do órgão competente.

- Aprovada na Câmara dos Deputados em 10/05/2022 e encaminhada para o Senado Federal.

- Desburocratização e consequente aumento dos investimentos em antenas, essenciais para a massificação do 5G no país

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Tecnologia

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### MP 1.077/2021: Programa Internet Brasil

Programa no âmbito do Ministério das Comunicações, promove o acesso gratuito à internet em banda larga móvel às famílias do Cad Único, especialmente aos alunos da educação básica da rede pública

- Convertida na **Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022**, publicada no DOU do dia 26/05/2022.

- Apoio a políticas públicas relacionadas a conectividade;
- Viabiliza ensino à distância na rede pública;
- Medida de proteção social, associado a educação e emprego à distância para os mais vulneráveis.



#### PL 8.889/2017: Provisão de conteúdo audiovisual por demanda (“CAvD”)

Aplicação de normas do mercado de SeAC para o mercado de CAvD (Vídeo on Demand - VoD).

- Aguardando constituição de Comissão Temporária pela Mesa da Câmara dos Deputados.

- Aumento de distorções no mercado.
- Ampliação dos custos operacionais.
- Desincentivo ao ambiente competitivo.
- Excesso de regras ao setor.



# Setor Saúde



**RADAR**  
REGULATÓRIO



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Saúde

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### Precificação de novos medicamentos

Revisão da Resolução CMED nº 2/2004, que estabelece critérios para definição de preços de produtos novos e novas apresentações de medicamentos

- 50% AIR concluída

- Aperfeiçoamento do modelo de precificação da inovação;
- Simplificação dos procedimentos e critérios utilizados na precificação de medicamentos.

#### PL nº 1.998/2020

Autoriza e define a prática da telemedicina em todo o território nacional.

- Processo remetido à Câmara dos Deputados em 07/12/2022

- Garantia da manutenção da telemedicina, mesmo após o fim da pandemia.
- Aumento da oferta de serviços de saúde.
- Criação de novos modelos de negócios.

# Setor Recursos Naturais



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### PL 2.159/2021: Lei Geral do Licenciamento Ambiental

Estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente

- Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal

- Potencial aumento do fluxo de investimentos em importantes setores da economia



#### PL 5.518/2020: Concessões Florestais

Reduz barreiras regulatórias que dificultam a exploração sustentável das florestas e aumenta a atratividade das concessões florestais por meio da permissão de receitas acessórias

- Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, após ter sido aprovado na Comissão de Finanças e Tributação.

- Aumento da área florestal concedida
- Redução do desmatamento na Amazônia
- Melhoria da situação econômica das comunidades próximas às áreas concedidas



#### PL 2.148/2015 (e apensados): Mercado de Carbono

Institui o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), que vai regular a compra e venda de créditos de carbono no País

- Plenário da Câmara dos Deputados

- Incentivo econômico à conservação e proteção ambientais, assim como à realização de atividades econômicas de baixa emissão de gases de efeito estufa
- Melhoria do ambiente e segurança do mercado de créditos de carbono no Brasil
- Valorização dos ativos ambientais brasileiros



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### PLS 495/2017: Mercado de água

Introduzir os mercados de água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos

- Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal

- Melhora a gestão de crises hídricas e contribui para a redução dos conflitos pelo uso de recursos hídricos

#### PL 6.539/2019: Política Nacional de Mudança do Clima

Atualiza a Política Nacional sobre Mudança do Clima e cria o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde

- Tramita na Casa Revisora (Câmara dos Deputados)

- Atualiza os compromissos ambientais do Brasil: o desmatamento ilegal zero será atingido até 2030; a neutralidade de emissões de GEE o será até 2050
- Define o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima como instância máxima na agenda



#### PLS 510/2021 (PL 2633/2020): Regularização Fundiária

Amplia o alcance da regularização fundiária

- Em tramitação na Casa Iniciadora (Senado Federal), simultaneamente na Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

- Promove o fomento da produção, principalmente para os pequenos agricultores.
- Reduz a violência no campo e o desmatamento criminoso de florestas.





# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

#### MP 1.133/2022: Minérios Nucleares

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

Dispõe sobre a INB e sobre a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares. Autoriza setor privado a participar da exploração de minérios nucleares por meio de parceria com a INB.

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- MP publicada em 12/08/2022, tendo a SEAE apresentado emenda referente a títulos e direitos minerários.

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Incentiva o investimento privado e a formação de parcerias com a INB;
- Reestrutura atribuições de órgãos de governo no setor.

# Setor Serviços Profissionais



**RADAR**  
REGULATÓRIO



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Serviços Profissionais

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### PL 1.024/2020: Concorrência nas grandes obras de engenharia

- Adota o silêncio positivo para o registro de profissionais
- Retira critérios de escassez de profissional e interesse nacional para a contratação de engenheiros estrangeiros
- Retira obrigação das empresas que contratam profissionais estrangeiros de manter junto a eles assistente brasileiro

- Em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação - CFT da Câmara dos Deputados.
- Aguardando Parecer do relator

- Maior concorrência no mercado de engenharia  
Maior celeridade para o registro de profissionais, desburocratizando os investimentos em grandes obras

#### PL 2.482/2020: Modernização do processo de revalidação de diplomas

- Possibilita que instituições de ensino superior particulares possam revalidar diplomas.
- Estabelece processo de revalidação ou reconhecimento simplificados, com prazo de 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias.

- Aprovado no Senado Federal
- Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados

- Desburocratização do processo de revalidação de diplomas

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5



# Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a área técnica está atuando junto às Agências Reguladoras

## Agência

## Consulta

## Recomendação da área técnica



**CP 09/2022:** excluir do escopo da regulação federal os aeroportos delegados a Estados e Municípios e regula as condições de acesso aos Parques de Abastecimento de Aeronaves, e nº 116, de 20 de outubro de 2009.

1) submissão de aditivos contratuais de dutos e hidrantes à agência reguladora; 2) consulta à ANP para subsidiar decisão da ANAC para infraestruturas de dutos e hidrantes; 3) ampliação do rol de instrumentos concorrenciais; 4) repasse do custo de investimentos não amortizados proporcional ao tempo de acesso; 5) poder de veto da ANAC de critérios operacionais e técnicos eventualmente exigidos pelo operador do Parque de Abastecimento de Aeronaves; 6) necessidade de motivação dos atos que neguem o acesso; 7) padronização de procedimentos para arbitragem; 8) consulta ao Sistema Brasileira de Defesa da Concorrência; 9) exigência de divulgação da capacidade não utilizada no Parque de Abastecimento de Armazenagem;



**AP 06/2022:** colher sugestões sobre a proposta de regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros, sob o regime de autorização.

I - avaliar a possibilidade de permitir consórcio de empresas para a concessão de outorga de autorização; II - reduzir o período mínimo de atendimento da autorizatária de 12 meses para 03 (três) meses ou 90 (noventa) dias; III - alterar o disposto no inciso I do art. 18 e o art. 19, de forma proporcional à redução do prazo mínimo de atendimento (de 12 para 3 meses); IV - possibilitar o cadastramento de veículos de posse direta, como o arrendamento mercantil e a alienação fiduciária, além de acrescentar os veículos arrendados entre as opções de veículos que possam ser cadastrados na frota da autorizatária; e V - avaliar a pertinência da vedação da comercialização de assento vago de beneficiários de gratuidade, em função do não comparecimento e inexistência de novos solicitantes.



**AP 07/2021:** colher sugestões às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovias e aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, que visam a concessão para exploração da BR-040/RJ MG e BR-495/RJ.

1- Avaliação de medidas que podem reduzir o valor da tarifa com uma gestão mais eficiente dos riscos cambiais.  
2- Avaliação de medida que possibilite o atingimento da menor tarifa cobrada dos usuários

## Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras



### Agência

### Consulta

### Recomendação SEAE



**AP 09 e 10/2022:** Obter contribuições às minutas de Edital e de Contrato de Concessão, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, os quais visam a concessão para exploração do lote rodoviário composto pela rodovia BR-040/GO/MG, entre os municípios de Cristalina/GO e Belo Horizonte/MG; e pela rodovia BR-116/158/290/392/RS, respectivamente.

Adoção das medidas necessárias para a supressão da obrigatoriedade de liderança de empresa brasileira nos consórcios entre empresas brasileira e estrangeira

Avaliação da possibilidade de criação de uma etapa única, intermediária, anterior aos lances de viva-voz para outorga, de modo a oportunizar a oferta de desconto máximo de tarifa, quando esse desconto não tiver sido atingido pelos proponentes. Sugere-se, inclusive, que essa etapa seja adotada como um dos critérios de desempate, precedente à etapa de sorteio, para as situações de empate das propostas



**AP 12/2022:** Obter contribuições às minutas de Edital e de Contrato de Concessão, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, os quais visam a concessão para exploração do lote rodoviário composto pela rodovia BR- 262/MG.

Contribuições da SEAE em processo de elaboração.

## Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

### Agência

### Consulta

### Recomendação SEAE



**AP 18/2021:** certame licitatório referente ao arrendamento de área portuária localizada dentro da poligonal do Porto Organizado de Santos/SP, denominada STS53 (granéis sólidos minerais, especialmente adubos fertilizantes e sulfatos)

1 - suprimir a obrigatoriedade de liderança de empresas brasileiras, em caso de consórcio com empresas estrangeiras; 2 - obrigatoriedade de constituição de SPE para o futuro arrendatário; 3 - limitar as hipóteses e o prazo de prorrogação contratual para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, pelo prazo de até 5 anos; 4 - instituir o reequilíbrio nos casos em que eventual alteração do PBI; 5 - contratação de seguro no caso de riscos de caso fortuito ou força maior; 6 - condição prévia para o pagamento pelo Poder Concedente diretamente aos Financiadores, mediante dedução de parte da indenização devida à Arrendatária, a emissão de quitação plena, por parte do credor e do arrendatário; 7 - incluir como requisito ao processo de arbitragem a existência prévia de decisão administrativa e os respectivos recursos no âmbito da agência reguladora



**AP 01/2022:** Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização de certame licitatório referente à concessão do Porto de Santos/SP.

- Incluir o critério de menor tarifa, previsto no art. 6º da Lei nº 12.815, de 2013, para que a melhor proposta permita também redução de custos na prestação de serviços aos usuários;
- Adoção de procedimentos de avaliação prévia de concentração de mercado pela Autoridade Portuária, por ocasião da intenção de assinatura de contratos com terceiros exploradores de instalação portuária;
- Explicitar todos os riscos atribuíveis aos arrendatários, de forma a evitar subjetividade na interpretação de condições aplicáveis à alocação de riscos de casos fortuitos ou força maior.



## Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

### Agência

### Consulta

### Recomendação SEAE



**AP 03/2022:** Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento das propostas de atos normativos relativos ao Tema 3.1 da Agenda Regulatória da ANTAQ, biênio 2020/2021, que versa sobre "Sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras.

Minuta de Parecer contendo as seguintes contribuições:

- i) estabelecer prazos para manifestação conclusiva das partes;
- ii) instituir progressividade das multas a serem aplicadas, visando a coibir a prática reiterada de abusividades.

Quanto ao prazo de vigência das propostas, recomenda-se à Antaq observar o disposto no Decreto nº 10.139/2019.



**AP 06/2022:** Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização de certame licitatório para o arrendamento de instalação portuária localizada no interior da poligonal do Porto Organizado de Santos, destinada à movimentação e armazenagem de cargas containerizadas, denominada STS10

- Limitação do prazo de prorrogação do contrato para até 5 anos, limitado às hipóteses de necessidade de reequilíbrio;
- Incorporação entre os mecanismos de julgamento da proposta, além do valor de outorga, em linha com o possibilitado pela Lei nº 12.815/13 e a otimização do bem-estar do consumidor;
- Recomendação de utilização das normas, práticas e jurisprudência do CADE na análise de Atos de Concentração do setor portuário para avaliação concorrencial após a assinatura do Contrato de Arrendamento e utilização de restrições de participação, aplicáveis por fases, para evitar concentrações horizontais e verticais.

## Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a área técnica está atuando junto às Agências Reguladoras

### Agência

### Consulta

### Recomendação da área técnica



**CPs nº 1113 e 1114:** regularização de alimentos e embalagens sob competência do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) destinados à oferta no território nacional.

Contribuições da SEAE em processo de elaboração.



**CP 39/2021:** Obter subsídios para o aprimoramento do relatório de Análise de Impacto Regulatório – AIR que trata do aprimoramento da regulação relacionada às Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST e às Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição para centrais de geração conectadas em 88 kV e 138 kV – TUSDg.

Constata-se, então, que a regulamentação deve proporcionar uma inserção mais competitiva dos novos biocombustíveis no mercado de combustíveis renováveis, com vistas a endereçar problemas concorrenciais que estão presentes no mercado de biodiesel. De modo mais específico, sugere-se que a regulamentação: i) permita que a parcela renovável do diesel coprocessado e o diesel verde concorram com tipos diferentes de biodiesel; ii) incentive a concorrência entre diferentes tipos de tecnologias na produção do biodiesel; e (iii) permita que o mercado revele o combustível mais eficiente e aderente às preferências do consumidor.

## Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

### Agência

### Consulta

### Recomendação SEAE



**CPs nºs 25 e 26/20:** que visam obter subsídios para o aprimoramento da proposta da Energisa S.A., com vistas ao agrupamento de áreas de concessão atendidas sujeitas ao seu controle acionário comum: (i) Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia – EMG e Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia – ENF; e (ii) Energisa Paraíba Distribuidora de Energia – EPB e Energisa Borborema Distribuidora de Energia – EBO.

Alterar norma de agrupamento de distribuidoras de energia elétrica a fim de que aprovação de agrupamentos que envolvam extensão do contrato de concessão exijam que, além da autal verificação de racionalidade econômica e operacional, parte substancial dos ganhos de eficiência demonstrados seja repassada aos consumidores



**Consulta Pública do Ministério de Minas e Energia - MME, nº 131/2022:** coletar contribuições à minuta de portaria que apresenta proposta de redução dos limites para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores no mercado livre.

Favorável, mas sugere que a entrada em vigor da ampliação do mercado livre seja condicionado a que: (i) não ocorra elevação tarifária do mercado cativo em decorrência da medida, seja por efeitos diretos ocorridos (sobrecontratação) ou indiretos estimados; ou (ii) sejam adotadas medidas complementares legais ou infralegais que evitem tal elevação tarifária. Sugere-se também avaliar a possibilidade de utilização de medidas de cunho infralegal e/ou legal que compensem eventual previsão de elevação tarifária por meio da redução de encargos, tais como redução da CDE



## Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

### Agência

### Consulta

### Recomendação SEAE



**CP BCB 90/2022:** propostas de atos normativos destinados a regulamentar os aspectos relacionados ao mercado de câmbio no tocante à Lei nº 14.286, de 29/12/2021, que dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil

SEAE e SDI emitiram nota conjunta recomendando maior aprofundamentos dos estudos para implementação de nova metodologia para o cálculo da TUST no que se refere à intensificação do sinal locacional. Em relação a proposta de correção da TUST para geradores, recomendou-se adoção de regra transitória até que seja definida nova metodologia de correção da TUST para geradores, inclusive com maior clareza sobre os benefícios para o consumidor da proposta.



**CP 3/2022:** Minuta de Resolução que dispõe sobre Medidas Prudenciais Preventivas destinadas a preservar a estabilidade e a solidez do Sistema Nacional de Seguros Privados, do Sistema Nacional de Capitalização e do Regime de Previdência Complementar

Foram sugeridas 9 alterações de redação em minuta de Resolução do Banco Central do Brasil, com vistas a superar potenciais aspectos anticoncorrenciais e de onerosidade regulatória decorrentes do estabelecimento de obrigadoriedades, da possibilidade de demanda de informações adicionais ad hoc e da fixação de restrições/proibições. Observou-se, ainda, que não foi apresentada pelo BCB qualquer justificativa no Edital Bacen sobre a CP 90/22 acerca da efetuação ou dispensa da Análise de Impacto Regulatório (AIR).

# Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras



## Agência

## Consulta

## Recomendação SEAE

### AP nº 02/2022 - PAR14:

receber contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento das minutas jurídicas e técnicas (edital de licitação, contrato de arrendamento, documentos técnicos e seus respectivos anexos) necessários à realização do certame licitatório referente ao arrendamento da área e estrutura pública destinada à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, denominada PAR14, no porto organizado de Paranaguá, no Estado do Paraná.

Adotar como exigência obrigatória a constituição de SPE

Proceder à análise sobre a necessidade de imposição de percentual mínimo de atendimento de carga de terceiros nos volumes de (MME) estabelecidos, em razão das características da infraestrutura que atualmente opera em regime público (Silão), com atendimento a pequenos e médios exportadores, nos termos do deste Parecer;

Proceder à avaliação criteriosa de cenários desobreposição horizontal ou integração vertical e os efeitos sobre a concorrência durante e após a licitação (vigência do contrato de arrendamento, entre outras.



### Legenda:

CP: Consulta Pública

AP: Audiência Pública

TS: Tomada de Subsídios

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5



# Seção 5

Seção dedicada a listar as **reformas e inovações legislativas prioritárias no ponto de vista do mercado**

Entidades representativas, inscritas no Radar, foram convidadas a apontar quais são as reformas prioritárias sob sua análise

O resultado pode ser encontrado nas páginas seguintes, no qual foram **listadas as Top 6 reformas mais citadas, com suas respectivas considerações também apresentadas por essas instituições**

## Entidades que contribuem com o Radar Regulatório



Quer contribuir com o Radar? Solicite sua inscrição por meio do email: [radar.seae@economia.gov.br](mailto:radar.seae@economia.gov.br)

# Seção 5: Prioridades do Mercado (Dezembro/2022)<sup>1</sup>

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

1

## Reforma Tributária

Simplificação do sistema atual, redução dos custos e eliminação de assimetrias para contribuir para o aumento da competitividade e melhoria no ambiente de negócios



Durante todo o ano de 2022, o mercado apontou como sua maior prioridade a simplificação tributária brasileira

2

## Regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões

O mercado de carbono pode fomentar avanços na direção de uma economia de baixa emissão, além de representar muitas oportunidades para o setor produtivo brasileiro



Ampliando ainda mais sua importância entre os principais stakeholders do mercado e alinhado às prioridades do governo, a Regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões figura entre os principais temas.

3

## Reforma Administrativa

Revisar o papel do setor público, de forma a otimizar recursos, promover a meritocracia e focar na gestão eficiente são pontos de partida para uma reforma administrativa exitosa



Em conjunto com a Reforma Tributária, a Reforma Administrativa é apontada como uma das maiores prioridades para o mercado brasileiro

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE

## Seção 5: Prioridades do Mercado (Abr/2022)<sup>1</sup>

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

4

### Debêntures de Infraestrutura

As debêntures de infraestrutura são um novo instrumento para estimular o financiamento privado na infraestrutura brasileira



Incluído na Agenda Prioritária do Governo, as Debêntures de Infraestrutura consolidadas no PL 2.646/2020 propõe uma alternativa para financiamento de grandes obras pelo país, reduzindo o “Custo Brasil”

5

### Acesso ao Crédito

Facilitar o crédito e regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito contribuem para a redução de custos das empresas e possibilitam o aumento no fluxo de investimentos.

A temática entrou no *top 5* em junho e se manteve até o final do ano.

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE



**Contribua com a construção  
do Radar: envie dúvidas,  
sugestões e contribuições  
por meio do email:  
radar.seae@economia.gov.br**

*EDIÇÃO QUADRIMESTRAL:*  
**SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2022**

61 2027-7475  
radar.seae@economia.gov.br

**MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA**

